



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 66/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1491/2006 (16 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Marãã.
- 4- **Exercício:** 2005.
- 5- **Responsável:** Sr. Geferson Almeida de Oliveira, Prefeito Municipal de Marãã e Ordenador de Despesas, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP – Relatório Técnico Conclusivo nº 32 (fls. 2952/3063) e DICAMI – Informação nº 144/2016 (fls. 3122/3123).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1317/2016-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 3138/3139).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2005.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITA Parecer Prévio, recomendando à Câmara Municipal de Marãã, **que desaprove as contas do Prefeito Municipal de Marãã**, referente ao exercício financeiro 2005, de responsabilidade do senhor **GEFFERSON ALMEIDA DE OLIVEIRA**, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa, tal como constante da fundamentação *supra*, nos termos do art 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal de 1988 c/c art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/91 e art. 1º, inciso I e art. 29 da Lei nº. 2423/96 c/c art. 11, inciso II do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado, em razão das irregularidades não sanadas no **item 15** e subitens **a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k**, devendo ser enviado como anexo o Relatório Conclusivo Nº. 32-DICOP (fls. 2952/3063);

- 10- **Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 08 de Novembro de 2016.
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho,



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 66/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 66/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 66/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

2- Processo TCE nº 1491/2006 (16 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Marã.

4- Exercício: 2005.

5- Responsável: Sr. Gefferson Almeida de Oliveira, Prefeito Municipal de Marã e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Técnico Conclusivo nº 32 (fls. 2952/3063) e DICAMI – Informação nº 144/2016 (fls. 3122/3123).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1317/2016-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 3138/3139).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marã. Exercício de 2005.

Contas Irregulares. Glosa. Prazo. Multas. Determinação à Prefeitura Municipal de Marã. Representação ao MPE. Ofício ao TCU. Notificação ao Gestor.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar, na condição de ordenador de despesas, **Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Marã**, exercício 2005, de responsabilidade do senhor **Gefferson Almeida de Oliveira**, conforme o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c” c/c art. 25 da Lei nº. 2423/96, levando em consideração as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas;

9.2- Determinar a glosa de R\$ 2.139.512,35 (dois milhões, cento de trinta e nove mil, quinhentos e doze reais e trinta e cinco centavos), conforme disposto no Relatório Conclusivo nº. 32-DICOP, e nos Pareceres nºs. 3614/2012, 604/2014, 1318/2015 e 1317/2016, considerando em **Alcance** o senhor **Gefferson Almeida de Oliveira**, nos termos dos incisos I, III e VI do art. 304 e seguintes do Regimento Interno do TCE;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 66/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 66/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.3- Aplicar ao Prefeito Municipal de Marã, Senhor **Gefferson Almeida de Oliveira**, as seguintes sanções:

9.4.1 - Multa no valor **R\$ 30.688,89** (trinta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº. 2423/1996 c/c art. 308, incisos V e VI, da Resolução nº. 04/2002, face às irregularidades nas contratações de obras e serviços de engenharia pela administração pública municipal, infringência da norma legal e prática de atos de gestão ilegítimo e antieconômico, com indícios de dano ao erário e conseqüentemente de improbidade administrativa, bem como infringência da norma legal, no tocante ao não saneamento das questões abordadas nas notificações, e não atendida na defesa;

9.4.2 - Multa, no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), por cada mês de atraso dos dados pelo sistema Auditor de Contas Públicas – ACP (janeiro, fevereiro, março, junho, novembro e dezembro), perfazendo um total de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), nos termos do art. 54, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 c/c art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002;

9.4- Conceder ao responsável o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das **multas** constantes nos itens 9.4.1 e 9.4.2, aos cofres da Fazenda Estadual, autorizando-se desde já o setor responsável deste Tribunal a proceder a execução deste título (art. 71, §3º, CRF/88), encaminhando-se, se for o caso as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral;

9.5- Determinar à Prefeitura Municipal de Marã, que:

9.5.1 - Cumpra os prazos previstos na Resolução do Tribunal de Contas que regulamenta o E-Contas;

9.5.2 - Observe atentamente o disposto na Lei nº. 8666/93;

9.5.3 - Observe o disposto na Lei nº. 4320/64, no que diz respeito à abertura de créditos suplementares;

9.5.4 - Atente às disposições da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, bem como as dispostas na Resolução nº. 04/2002;

9.6- Por determinação do art. 1º, inciso XXIV, da Lei nº. 2423/1996, **representar ao Ministério Público Estadual, imediatamente após a publicação do presente Acórdão**, em razão das diversas irregularidades constatadas e não sanadas, caracterizando indícios fortíssimos de atos de improbidade administrativa (art. 10, incisos VII e X, c/c art. 22, da Lei nº. 8429/1992), devendo a Secretaria do Tribunal Pleno encaminhar as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25 da referida Lei;

9.7- Oficiar o Tribunal de Contas da União SECEX/AM, em razão do disposto no *item 13* contemplar verbas federais, encaminhando cópias das fls. 2145/2148 e 3064/3068;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 66/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 66/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.8- Notificar o senhor Gefferson Almeida de Oliveira com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório;

10- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 08 de Novembro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral